

Voltamos a crescer em 84. Previsão de Galvêas.

Mas, para isso, ele conta com dois fatores: a recuperação da economia mundial e a confiança dos brasileiros na política econômica do governo.

Se a sociedade brasileira acreditar nas medidas adotadas pelo governo, como redução das despesas públicas, cortes de subsídios e controle monetário, certamente verá uma queda substancial da inflação e retomada do crescimento econômico no próximo ano. Essa previsão foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, segundo quem tudo leva a crer que as possibilidades da economia brasileira em 1984 serão bem melhores do que as deste ano.

Ele mencionou o que considera vários fatores positivos que ajudarão o programa de ajustamento econômico brasileiro. Primeiro, a recuperação das economias norteamericanas e européias, cujos reflexos positivos se farão sentir no comércio mundial, beneficiando nossas exportações. Depois, a manutenção dos preços do petróleo, sem acréscimo mesmo em relação à inflação do dólar.

Galvêas prevê também a manutenção das taxas de juros no mercado financeiro internacional, a melhoria dos preços dos produtos primários e a recuperação de alguns mercados para os quais o Brasil voltará a exportar produtos manufaturados. "Tudo isso indica que 84 será melhor que 83", reitera o ministro da Fazenda. "Se todos acreditarmos nisso, essas coisas vão acontecer, e certamente teremos a retomada do crescimento", assinala.

Em entrevista exclusiva ao JT e O Estado, o ministro Ernane Galvêas fez um paralelo entre a crise econômica de 1929 a 1933, período da grande depressão mundial, e a atual, que considerou bem pior: "Em 29 houve queda colossal, os preços do café caíram praticamente a 20% do que eram antes, as exportações diminuíram muito, a lavoura ficou abandonada. Embora isso tenha resultado num processo de industrialização do Brasil, foram anos penosos em que nós acumulamos mais de 60 milhões de sacas de café e depois tivemos que queimar toda essa riqueza para evitar o aviltamento das cotações internacionais. Mas agora a crise é pior", disse Galvêas.

O ministro reconheceu os efeitos perversos da crise enfrentada pela economia brasileira, e destacou: "O sofrimento maior é para quem está desempregado, porque as pessoas que estão trabalhando falam de crise, de recessão, mas



elas na verdade só estão sentindo uma pequena parte dos reflexos dessa crise econômica nacional e mundial. As pessoas que sentem realmente os problemas da crise são as que estavam trabalhando, ficaram desempregadas ou que chegaram ao mercado de trabalho e não encontraram emprego".

Assinalou que o governo tem procurado identificar primeiro em que setores pode adotar medidas para evitar que a crise se aprofunde e se amplie horizontalmente. A primeira identificação, observa Galvêas, é a crise que vem da recessão mundial, contra a qual não se pode fazer nada, mas "apenas esperar que os acontecimentos evoluam e que o mundo saindo da crise, nós possamos sair juntos, porque estamos inseridos nesse contexto mundial".

Internamente, destacou o ministro, um grande fator de agravamento da crise é a inflação, que vai chegar este ano a 176% pelo Índice Geral de Preços (IGP) expurgado. "É uma inflação insuportável, que desestimula os planos dos empresários para a expansão de suas indústrias, criação de empresas novas, e retira a possibilidade do setor público de fazer investimentos.

"Então, os investimentos caem, a atividade econômica se reduz e a oferta de empregos fica também reduzida. Quando você identifica os fatores que criaram as condições de recessão na economia nacional impõe-se ao governo a obrigação de combater a inflação como primeira providência para preparar o terreno a uma retomada do crescimento, e retomada dos níveis anteriores de emprego", frisou.

Galvêas confirmou que dificilmente será assinado ainda este ano o empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões, que estava marcado para o dia 29, em Nova York. Ele explicou que alguns bancos ainda vão aderir ao jumbo, tão logo esteja assegurado que todos os bancos se comprometerão no empréstimo.

Em sua opinião, o jumbo será acertado logo no começo do ano, porque existe uma boa disposição da comunidade bancária internacional de resolver logo essa questão. O ministro mostrou-se confiante, e mais uma vez insistiu em que o Brasil não fechará o ano com reservas negativas de US\$ 3 bilhões, porque alguns dias a mais, em janeiro, não significam que o balanço de pagamentos será encerrado com déficit além do previsto — de Cr\$ 7,7 bilhões.